

A AGRICULTURA FAMILIAR E A CONTABILIDADE RURAL: UMA PESQUISA DOCUMENTAL QUALITATIVA NOS REGISTROS CONTÁBEIS DA PRODUÇÃO DE QUEIJO NO SÍTIO VOVÔ GERALDO E VOVÔ ERCÍDIA, EM ITAUCU-GO¹

FAMILY FARMING AND RURAL ACCOUNTING: A QUALITATIVE DOCUMENTARY STUDY OF CHEESE PRODUCTION ACCOUNTING RECORDS AT SÍTIO VOVÔ GERALDO E VOVÔ ERCÍDIA IN ITAUCU, GOIÁS, BRAZIL

Rhadja de Paula Lucio²

Victor Vinicius da Silva Barbosa³

Elisabeth Maria de Fátima Borges⁴

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar a importância da Contabilidade Rural para a agricultura familiar, evidenciando o papel da Contabilidade Rural para a agricultura familiar no Brasil. A pesquisa parte da seguinte questão-problema: Qual é a importância da Contabilidade Rural para a agricultura familiar no Brasil? A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, aliada à perspectiva documental qualitativa, através da qual foram analisados os registros contábeis da produção de queijo no Sítio Vovô Geraldo e Vovô Ercídia, em Itauçu-GO. Os resultados da pesquisa bibliográfica apontam a convergência entre os pesquisadores de que, por força cultural, os agricultores familiares têm o hábito de não registrar as informações de sua produção, e apenas “guardar na cabeça” essas informações, e que, no mundo hodierno, isso é suficiente para a garantia da reprodução social dessa população. Além disso, este quesito explicita a importância de um trabalho de conscientização sobre o papel da contabilidade rural. A pesquisa documental qualitativa demonstrou que o preço cobrado pela peça de queijo no sítio analisado não cobre os custos, deixando um prejuízo, caso seja contabilizada a mão de obra. Conclui-se que a contabilidade rural é uma grande aliada dos produtores familiares; e, desse modo, é preciso conscientizar os agricultores sobre a importância dos registros contábeis, bem como há

¹ Este artigo é um Trabalho de Conclusão de Curso que foi apresentado ao Centro Universitário Mais UNIMAIS, especificamente ao Curso de Ciências Contábeis, no final do segundo semestre de 2024.

² Bacharel em Contabilidade pelo Centro Universitário Mais – UNIMAIS. E-mail: rhadjadepaula@aluno.facmais.edu.br

³ Bacharel em Contabilidade pelo Centro Universitário Mais - UNIMAIS. E-mail: victorbarbosa@aluno.facmais.edu.br

⁴ Professora Orientadora. Mestre em história. Docente Centro Universitário Mais - UNIMAIS. E-mail: elisabeth@facmais.edu.br.

necessidade de que os cursos de bacharelado em Ciências Contábeis deem mais atenção a esse tópico em suas ementas.

Palavras-chave: Contabilidade rural; Agricultura familiar; registro contábil.

ABSTRACT

This research aims to analyze the importance of Rural Accounting for family farming, highlighting the role of Rural Accounting for family farming in Brazil. The research starts from the following problem question: What is the importance of Rural Accounting for family farming in Brazil? The methodology used is bibliographical research, combined with a qualitative documentary perspective, through which the accounting records of cheese production at Sítio Vovô Geraldo and Vovô Ercídia, in Itauçu-GO, were analyzed. The results of the bibliographical research point to the convergence among researchers that, due to cultural force, family farmers have the habit of not recording information about their production, and just “keeping” this information in their heads, and that, in today's world, This is enough to guarantee the social reproduction of this population. Furthermore, this item explains the importance of raising awareness about the role of rural accounting. Qualitative documentary research demonstrated that the price charged for a piece of cheese on the site analyzed does not cover the costs, leaving a loss if labor is taken into account. It is concluded that rural accounting is a great ally for family producers; and, therefore, it is necessary to make farmers aware of the importance of accounting records, as well as there is a need for bachelor's degrees in accounting sciences to pay more attention to this topic in their syllabi.

Keywords: Rural accounting; Family farming; accounting record.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a agricultura familiar vem ganhando maior visibilidade no Brasil, seja nos noticiários ou em pesquisas. Durante décadas, eles foram vítimas de exclusão social e econômica e até mesmo de pesquisas científicas. Medina, Cocielo e Verano (2020) mostram que esta exclusão é evidenciada até mesmo no que se refere ao levantamento de dados, para a comprovação de sua relevância no cenário da produção agropecuária e acesso às políticas públicas. Os autores mostram que essa defasagem de informações sobre a agricultura familiar no Brasil não se justifica, haja vista que a agricultura familiar contribui com 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017.

Os dados do Anuário da Agricultura Familiar de 2023 confirmam essa tese ao mostrar que a agricultura familiar ocupa 23% das áreas cultiváveis no Brasil, e que ela é responsável por 3,9 milhões de estabelecimentos. Sendo assim, ocupa 23% do valor bruto da produção agropecuária, abrangendo 67% das ocupações no campo. O anuário evidencia que este total da produção faz da agricultura familiar brasileira a oitava maior produtora de alimentos do mundo. E, pontua que a ela contribui com a dinamização econômica do país, pois assegura 40% da renda da população economicamente ativa (CONTAG, 2023).

A agricultura familiar encontra-se em todas as regiões do Brasil. “Em se tratando apenas dos estabelecimentos da agricultura familiar por grande região, temos o Nordeste com 46,6% dos estabelecimentos, seguido do Sudeste (16,5%), do Sul (16,0%), do Norte (15,4%) e Centro-Oeste (5,5%)” (CONTAG, 2023, p. 6). Esses dados mostram que a região do Nordeste é a que mais possui espaços rurais dedicados à agricultura familiar, contendo 46,6% dos estabelecimentos brasileiros, e a região que possui menos estabelecimentos é a região Centro-Oeste, com 5,5%.

Esta pesquisa visa analisar a importância da Contabilidade Rural para a agricultura familiar. Para isso, evidenciamos o que é a Contabilidade Rural, quais são suas especificidades, bem como os desafios da agricultura familiar no Brasil e, por fim, verificamos qual é o papel da Contabilidade Rural para a agricultura familiar no Brasil.

A pesquisa parte da seguinte questão-problema: Qual é a importância da Contabilidade Rural para a agricultura familiar?

A escolha da temática tem raízes condicionantes pessoais, por ser um tema de grande relevância para a Contabilidade, e por termos avós e parentes ligados ao campo e à agricultura familiar. A partir das vivências pessoais, percebemos o quanto a Contabilidade poderia ajudar. A relevância científica de se pesquisar esse tema se deve ao fato de poder contribuir para o debate científico sobre as temáticas da Contabilidade Rural e da agricultura familiar no Brasil.

Quanto à estrutura, o artigo está dividido em 4 partes. Inicialmente será apresentada a fundamentação teórica, dialogando com os conceitos de Contabilidade Rural, agricultura familiar, e o papel da contabilidade rural na agricultura familiar. A seguir será apresentada a metodologia utilizada e por fim, a análise e resultados da pesquisa

qualitativa dos registros contábeis da produção de queijo no Sítio Vovô Geraldo e Vovô Ercídia, em Itauçu-Goiás.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Foram escolhidos alguns conceitos básicos para a pesquisa. Inicialmente será apresentado o conceito de Contabilidade Rural, em seguida agricultura familiar, para posteriormente investigar o papel da Contabilidade Rural para a agricultura familiar.

2.1 CONTABILIDADE RURAL

Silvio Aparecido Crepaldi é um dos autores que se destacam pelo estudo da Contabilidade Rural no Brasil. Portanto, neste tópico desenvolvemos o assunto a partir da perspectiva apresentada por esse autor, bem como a sua influência em pesquisadores da temática. Conforme Crepaldi (2005) a Contabilidade rural pode ser definida como a “ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro dos atos e fatos de uma administração econômica, servindo como ferramenta para o gerenciamento da evolução de uma entidade” (Crepaldi, 2005, p. 83).

As considerações supramencionadas mostram a amplitude da contabilidade como uma ciência essencial para orientar, controlar e registrar os atos e fatos de uma administração econômica. Além disso, ela é crucial para o gerenciamento da evolução de uma entidade e para a prestação de contas aos sócios, usuários e autoridades fiscais.

Marion (2017) revela que, no Brasil, temos uma tipologia de livros relacionando a Contabilidade com um mundo agrário: Contabilidade Agropecuária, Contabilidade Agrícola, Contabilidade Agrária e Contabilidade Rural. O autor relata que temos bons livros nesta área, mas que existe uma lacuna, a de que o conteúdo nestas obras se distanciam dos conteúdos programáticos de um curso de graduação em um curso voltado para a Contabilidade Agropecuária ou Contabilidade Rural. O autor também alerta que essas obras geralmente não apresentam um raciocínio contábil próprio para a agropecuária, por exemplo.

A Contabilidade Rural tem as suas especificidades, uma vez que é focada em empresas rurais. Analisando o conceito de Contabilidade Rural Crepaldi (2005, p. 83) afirma que ela consiste em uma “metodologia especialmente concebida para captar, registrar, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer empresa rural”. O autor aponta que ela permite o estudo do patrimônio das empresas rurais, através da análise dos registros, exposição e a interpretação dos fatos ocorridos, e que isso é capaz de trazer informações importantes da composição e suas variações, e do resultado econômico da gestão.

Crepaldi (2005) destaca a importância da Contabilidade Rural como uma ferramenta essencial para entender e gerenciar os aspectos financeiros, econômicos e patrimoniais das empresas rurais. E pontua como a contabilidade é fundamental para acompanhar as mudanças e resultados na gestão dessas entidades, oferecendo informações cruciais para tomadas de decisão.

Marion (2017) desenvolve uma crítica aos livros sobre Contabilidade Rural mostrando que eles geralmente têm em comum uma lacuna. Conforme o autor, esses livros trazem uma grande gama de informações sobre o processo contábil de determinada atividade agrícola ou pecuária ao invés de fornecer um raciocínio contábil que possa ser aplicado em qualquer área da Contabilidade Rural.

Outro pesquisador que se dedica à Contabilidade Rural é Silva (2017). Esse autor define uma das principais finalidades da Contabilidade Rural os registros das atividades ali desenvolvidas, e que esses registros oferecem uma gama de informações úteis na tomada de decisão nos processos de produção e nas vendas. O autor evidencia a importância da Contabilidade Rural como uma ferramenta fundamental para gerenciar as atividades agrícolas, fornecendo dados cruciais para a tomada de decisões e avaliação do desempenho, além de facilitar a comunicação com os credores.

Para Crepaldi (2005), a Contabilidade Rural é muito importante para os gestores rurais, uma vez que ela os auxilia na tomada de decisões, incluindo preço dos produtos rurais e até mesmo detalhes da lucratividade. O autor também pontua que ela visa auxiliar no processo de aferir e apresentar o conhecimento financeiro de uma empresa rural.

De acordo com esse autor, os objetivos da Contabilidade Rural:

- Especificamente, a Contabilidade Rural tem as seguintes finalidades:
- orientar as operações agrícolas e pecuárias;
 - medir o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente;
 - controlar as transações financeiras;
 - apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e dos investimentos;
 - auxiliar as projeções de fluxos de caixa e necessidades de crédito;
 - permitir a comparação da performance da empresa no tempo e desta com outras empresas;
 - conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família;
 - justificar a liquidez e a capacidade de pagamento da empresa junto aos agentes financeiros e outros credores;
 - servir de base para seguros, arrendamentos e outros contratos;
 - gerar informações para a declaração do Imposto de Renda (Crepaldi, 2005, p. 83)

Partindo do princípio de que a administração eficiente é que garante o sucesso de qualquer empreendimento, Crepaldi (2005) aponta que uma das maiores lacunas da empresa rural no Brasil é justamente a questão da administração. Para o autor, pode prejudicar o processo de modernização da agropecuária brasileira.

Marion (2017) enfatiza que, nos cursos de Graduação em Ciências Contábeis, a carga horária da disciplina Contabilidade Rural é geralmente pequena, mas que cabe a essa formação inicial apresentar aos discentes informações suficientes que os capacitem a atuarem na área, sem grandes dificuldades.

Mostrando como o tradicionalismo impacta a administração rural, Crepaldi (2005, p. 85) afirma que “é possível constatar que a administração rural no Brasil ainda se desenvolve dentro de critérios bastante tradicionais ou com um padrão de desempenho inaceitável”. O autor pontua que essa característica pode ser vista no Brasil desde pequenas propriedades rurais até as grandes empresas do agronegócio. Crepaldi (2005) mostra que a cultura tradicional camponesa impacta na utilização da Contabilidade Rural, pois os produtores rurais a veem como uma técnica complexa e de baixo retorno financeiro, assim a usam apenas para finalidades fiscais. O autor mostra que, por isso, a contabilidade rural é uma das atividades administrativas menos usadas pelos produtores rurais brasileiros, sendo uma técnica geralmente vista com execução complexa, e tendo pouco retorno na prática.

Produtores rurais sujeitos à tributação do Imposto de Renda raramente demonstram interesse por aplicações gerenciais.

Marion (2017) apresenta uma tipologia dentro da Contabilidade Rural, mostrando que ela pode ser estudada de modo geral (para todas as empresas), ou de modo particular voltada para um determinado ramo de atividade, ou da economia. Sob esse entendimento, o autor organiza da seguinte forma: Contabilidade Agrícola (voltada para empresas agrícolas); Contabilidade Rural (voltada de forma geral para as empresas rurais); Contabilidade da Zootécnica (voltada para as empresas de Zootécnica); Contabilidade da Pecuária (voltada exclusivamente para as empresas de pecuária); Contabilidade Agropecuária (Voltada para as empresas de agropecuária; e Contabilidade da Agroindústria (voltada para as empresas da agroindústria).

Sobre o desenvolvimento da Contabilidade Rural, Crepaldi (2005 p. 79) afirma que “é desenvolvida dentro de um ciclo de coleta e processamento de dados que culmina com a produção e a distribuição de informações da saída, na forma de relatórios contábeis”. O autor pontua que esses relatórios oferecem ao administrador “um fluxo contínuo de informações sobre os mais variados aspectos econômicos e financeiros da Empresa Rural, permitindo a avaliação de sua situação atual e comparações com o que foi planejado” (Crepaldi, 2005, p. 79). Esse autor mostra que ao confrontar as informações o contador possibilita, ao administrador, identificar e controlar os possíveis desvios e suas causas, facilitando assim aperfeiçoar planejamentos futuros. Assim, percebemos que a contabilidade rural tem a finalidade de oferecer informações úteis, que são essenciais nas tomadas de decisão.

Para Crepaldi (2005) obter um sistema contábil eficaz, associado ao bom senso do administrador, ajuda a favorecer um diagnóstico lógico, mostrando os pontos positivos e negativos das atividades produtivas rurais e de toda a empresa; e, a partir dessas informações é possível identificar inúmeras conclusões.

De acordo com Rodrigues e Barbosa (2017, p. 3) o Brasil é responsável por gerar umas das maiores produções de agricultura e pecuária; e, com o gerenciamento alto de produções, é necessário que a Contabilidade Rural se torne mais profunda nessa questão.

Crepaldi (2005) relata que a disponibilidade de vários sistemas contábeis, informatizados, voltados para o objetivo de apuração do imposto de renda pode permitir que os produtores rurais atrapalhem, ainda mais, a contratação de um profissional contábil. Mas, o autor adverte que esses programas nem sempre

conseguem apresentar uma capacidade informativa necessária à utilização destes dados para a gestão, papel desempenhado pelos contadores.

Para Crepaldi (2005) a Contabilidade Rural, presente no sistema de informações da empresa rural, pode auxiliar e gerar informações nos controles das atividades, no planejamento.

Sobre as leis que regem a Contabilidade Rural no Brasil, Crepaldi mostra que são as mesmas que regem a Contabilidade Geral. O autor mostra que essas leis apresentam as normas, bem como os procedimentos de conduta do contador no exercício da profissão, trazendo ainda “conceitos doutrinários, princípios, estrutura técnica e procedimentos a serem aplicados na realização dos trabalhos previstos nas normas aprovadas por resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade” (Crepaldi, 2005, p. 100).

Marion (2017) destaca que o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) especificou a normalização no setor agropecuário, através do Pronunciamento Técnico CPC-29, que trata do ativo biológico e produto agrícola. Em 2019 foi instituída a Norma Brasileira de Contabilidade: NBC TSP CFC nº 26, de 21.11.2019, que aprovou a NBC TSP 26 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. O autor mostra que o CPC-29 “visava estabelecer o tratamento contábil e as respectivas divulgações, relacionados aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas” (Marion, 2017, p. 10).

A contabilidade pode contribuir para uma boa administração de uma propriedade rural. E, conforme Silva (2017, p. 09), a contabilidade rural ajuda “dando instrumentos através das informações originadas pelos registros para um planejamento que condiz com o tamanho e com os princípios que o agricultor conduz sua produção”.

Segundo Calderelli (2003) a Contabilidade Rural é aquela que tem suas normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e praticados por uma empresa cujo objeto de comércio ou indústria seja a agricultura ou a pecuária.

Ao longo dos anos, a Contabilidade Rural foi demonstrando diversas lacunas e apresentando, cada vez mais, necessidade de estudos referentes ao setor da contabilidade rural, buscando melhorar assim as condições de comércio e o crescimento do agronegócio (Calderelli, 2003).

De acordo com Rodrigues e Barbosa (2017) os produtores rurais geralmente apenas procuram os contadores para fins fiscais; todavia, o papel do contador na Contabilidade Rural vai além disso, haja vista que eles precisam de mais acompanhamento dos contadores. Consideramos que por meio desse acompanhamento é possível auxiliar para o crescimento das propriedades rurais, e aconselhar na hora dos problemas com fins fiscais.

A Contabilidade Rural no Brasil tem pouca visibilidade e é pouco utilizada, tanto pelos empresários quanto pelos contadores. Isso acontece devido ao desconhecimento por parte desses empresários sobre a importância das informações obtidas através da Contabilidade, da maior segurança e clareza que estas informações proporcionam nas tomadas de decisões. Isso acontece também em função da mentalidade conservadora da maioria dos agropecuaristas que persistem em manter controles baseados em sua experiência adquirida com o passar dos anos. Dessa forma, abrem mão de dados reais que poderiam ser obtidos através da Contabilidade (Crepaldi, 2005).

Os proprietários rurais devem aderir, independentemente do porte da propriedade rural, a uma administração eficaz que contribua para atingir resultados positivos, visando sempre compreender que o produtor rural é um empresário, e que tenha a percepção de que sua propriedade é uma empresa (Rodrigues; Barbosa, 2017, p 3).

Analisar o impacto da Contabilidade Rural nesses estabelecimentos da agricultura familiar é o objetivo desta pesquisa. Partindo do exposto problematiza-se: qual seria o papel da Contabilidade Rural para a agricultura familiar? Antes de apresentar essa discussão, a seguir, explicitamos como os autores definem a agricultura familiar.

2. AGRICULTURA FAMILIAR

O Anuário Estatístico da Agricultura Familiar Brasileira, do ano de 2023, mostra que a agricultura familiar é formada por diferentes sujeitos que moram no campo, nas florestas e nas águas, como “assentados(as), reassentados(as), pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, silvicultores(as), aquicultores(as) e extrativistas, a partir de diversas identidades e modos de vida e produção” (CONTAG, 2023, p. 05).

Esse documento destaca a relevância da agricultura familiar para a economia brasileira, enfatizando que ela “ocupa 23% das áreas e 3,9 milhões de estabelecimentos e é responsável por 23% do valor bruto da produção agropecuária, 67% das ocupações no campo” (CONTAG, 2023, p. 5).

Silva (2017, p. 01) mostra que “a agricultura familiar passou por diversas posições na economia brasileira, tendo na atualidade uma importância no setor agrícola, social e econômico do país”.

Diante do exposto, observamos que, de fato, existe uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar que se difundiu no Brasil, sobretudo a partir da implantação do Pronaf. As percepções a esse respeito variam bastante. Para uns, o conceito de agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento (Wanderley, 2003).

Cassol e Schneider (2013) pontuam que no atual contexto histórico as economias locais começam a ser valorizadas, devido às atuais dinâmicas territoriais de desenvolvimento, isso possibilita o reconhecimento da agricultura familiar, que vem ganhando mais força no cenário nacional. Os autores mostram que existem muitos casos bem sucedidos de reinserção social e econômica, através da agricultura familiar.

Três fatores estimularam o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil: o primeiro foi a retomada do movimento sindical dos trabalhadores rurais na década de 1980; o segundo fator relaciona-se ao papel desempenhado pelos mediadores, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e demais cientistas sociais ligados aos movimentos sociais do campo; e, o terceiro advém do papel do Estado e das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1997 (Cassol; Schneider, 2013).

Segundo Kruger, Mazzioni e Boettcher (2009) a agricultura familiar tem um grande impacto - social e econômico - no país, mas, a maioria das famílias de agricultores não sabem a importância da Contabilidade Rural. Geralmente, essas famílias investem nas terras da agricultura de formas inadequadas, gerando dificuldade no planejamento do mesmo. A Contabilidade Rural é uma ferramenta que contribui para poderem entender o funcionamento da economia nas suas terras, evitando o mal uso dos seus

fundos em vendas ou compras futuras. Com o auxílio da Contabilidade Rural podem, ainda, extrair informações valiosas que os possibilitem controlar e fazer planejamentos futuros com os fundos das coletas.

A implantação da agricultura familiar brasileira é apresentada por Cassol e Schneider (2013), destacando três fases distintas: a primeira fase foi referente ao “descobrimento” dessa agricultura, que ocorreu no período de 1990 a 1995, nesse contexto ocorreu a afirmação política e acadêmica dessa agricultura, estimulada nos âmbitos sindical e na acadêmico; a segunda fase, iniciada em 1996 foi a fase da consolidação dessa agricultura na área política institucional e tornando-se categoria social. Foi nessa fase que foram implementados os programas e políticas de desenvolvimento rural, como o PRONAF e a Lei nº 11.326/2006; A terceira fase da agricultura familiar iniciou em 2009, através da divulgação do Caderno Especial do Censo Agropecuário de 2006, onde se firmou o debate sobre o lugar e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural no país (Cassol; Schneider, 2013).

A promulgação da Lei 11.326/2006, denominada Lei da Agricultura Familiar, foi de extrema importância, uma vez que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006). O reconhecimento oficialmente da categoria social da agricultura familiar, se deu através dessa legislação, delineando assim as políticas públicas voltadas para esse segmento específico.

Observando as fases percebemos que a implantação da agricultura familiar é algo recente. Cassol e Schneider (2013) enfatizam o papel e o lugar que a agricultura familiar, por tanto tempo menosprezada, ocupa no desenvolvimento rural brasileiro. Ao analisarem a produção para o autoconsumo na agricultura familiar, os autores mostram que essa produção já foi qualificada como uma produção marginal e insignificante pelo ponto de vista econômico. Os autores discordam dessa tese e defendem que o autoconsumo deve ser visto como uma tradição recontextualizada, que hoje exerce diferentes papéis tanto para os agricultores familiares e no mundo rural contemporâneo. Eles mostram que a produção do autoconsumo não desapareceu ou definhou, como era previsto, pelo contrário, em muitas regiões está ocorrendo um fortalecimento dessa produção.

Analizando a agricultura familiar Grisa, Gazolla e Schneider (2010) mostram que pesquisas vêm apontando que os agricultores não são atores sociais passivos, e que eles desempenham um papel ativo na construção de suas estratégias de resistências, e assim vão retomando a autonomia e criando “espaços de manobra” diante do seu contexto histórico e social.

Barbosa (2012) pontua que além de sua importância econômica, a agricultura familiar desempenha um papel social fundamental, gerando emprego e renda em áreas rurais e contribuindo para a preservação do meio ambiente. Segundo o autor, pesquisas do IBGE evidenciam a relevância dessas propriedades para o desenvolvimento sustentável do país. E, nesse cenário, qual seria o papel que a Contabilidade Rural pode desempenhar junto aos agricultores familiares? Essa é a temática que apresentamos a seguir.

2.2 O PAPEL DA CONTABILIDADE RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Analizando o papel da contabilidade rural na agricultura familiar Galvão (2023, p. 21) defende que por serem unidades familiares geralmente de produção integradas, “estão condicionadas pelos diferenciais ecológicos, sociais e econômicos em que se encontram”; e, portanto, o fato da família ser o elemento básico de gestão da produção, geralmente não se evidenciam a categoria “lucro” tal como o fazem as empresas. Esse fato faz com que nem sempre os agricultores familiares pautem suas decisões estabelecendo uma diferença entre renda bruta e custo total.

Para Carmo (1998) o fato da agricultura familiar ser o elemento básico de gestão da produção, faz com que as deliberações sobre renda monetária e não monetária, não sejam relacionadas com a categoria “lucro” de uma empresa (renda bruta x custo total). A autora mostra que na agricultura familiar, geralmente, se relativiza o significado de remuneração do capital, da terra e dos meios de produção diante do equivalente à renda monetária e não monetária que eles obtêm, que é fruto de seu trabalho e que lhes dão o mínimo para viver e dar continuidade à família. Por isso, normalmente, os agricultores familiares não fazem um registro contábil clássico. Percebemos uma lógica diferente em relação à agricultura familiar e à agricultura comercial. Os agricultores familiares, comumente, optam por gerir seu trabalho com

uma lógica e uma racionalidade próprias de sua cultura, oriundas de seus saberes tradicionais e de seus saberes da experiência do mundo campesino. Essa lógica foi construída pelas famílias agricultoras, ano após ano, e foi condicionada por aspectos físicos, sociais, culturais; e, nesse caso, as ações nem sempre se determinam em função da lucratividade, pois o agricultor familiar muitas vezes age em decorrência da satisfação social camponesa e de sobrevivência da família (Carmo, 1998). Qual seria o papel da Contabilidade neste contexto?

Silva (2017) adverte que o fato de não se ter registros contábeis faz com que o agricultor familiar perca muitas vantagens que poderiam ser utilizadas para aumentar ou até mesmo estabilizar sua produção e renda familiar. O autor mostra que geralmente há entre essa população um desconhecimento da finalidade e benefícios que a contabilidade traz.

Analisando a agricultura familiar e sua prática de produção para o autoconsumo Grisa, Mazolla e Schneider (2010) mostram que, por força cultural, os agricultores familiares têm o costume de não registrar as informações de sua produção, e sim apenas “guardar na cabeça”, ou seja, memorizar essas informações. Os autores evidenciam que essa prática, transmitida oralmente entre gerações na agricultura familiar, no mundo hodierno não consegue ser suficiente na garantia da reprodução social dessa população, e até o acesso às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar implementadas no país exigem o registro contábil.

Crepaldi (2005) pontua a relevância dos registros contábeis rurais. O autor destaca que quando se registram as receitas, custos e despesas mensalmente, separados por níveis de atividades, esses registros se tornam valiosos documentos de gestão e que as anotações devem incluir, além dos lucros, as perdas, sejam parciais ou totais.

Rodrigues e Barbosa (2017) mostram o quanto é evidente no Brasil o fato da Contabilidade Rural ser algo complexo para os pequenos produtores rurais, devido ao fato do desconhecimento desta classe sobre a área contábil. Para os autores, esse é um dos motivos de os agricultores não obterem uma rentabilidade financeira maior, prejudicando a sustentabilidade econômica dessas famílias. Os autores defendem a necessidade de que a Contabilidade Rural se adeque a esse público, simplificando seus métodos. De acordo com Rodrigues e Barbosa (2017, p. 3), “a utilização de um

profissional contábil da área permitiria aos pequenos produtores uma forma mais eficiente e rentável de gerenciamento rural”.

Nessa perspectiva, Silva (2017) também mostra que o não registro contábil dos agricultores familiares está relacionado a alguns fatores, tais como: o desconhecimento da contabilidade por parte dos agricultores, mas também culpabiliza os contadores por esse desconhecimento dos agricultores familiares, o autor defende que se os contadores conhecem a importância dessa ferramenta contábil eles deveriam transmitir a quem é desprovido, o autor alerta que os contadores “Querendo apenas prestar serviços aos grandes produtores e deixam de lado os grandes geradores de alimentos e renda das pequenas regiões” (Silva, 2017, p. 10).

Silva (2017) mostra, ainda, como a ferramenta contábil pode auxiliar os agricultores familiares no planejamento da produção, trazendo uma melhor condução e melhor uso desses fatores para que se possa alavancar a produtividade. O autor aponta a carência de pesquisas sobre a agricultura familiar nas áreas financeira e econômica.

Silva (2017, p. 13), destaca a necessidade de novas pesquisas sobre os agricultores familiares, uma vez que ela tem muito a ser analisada, com o intuito de criar ferramentas contábeis de inclusão destes agricultores no contexto da Contabilidade Rural. O autor apresenta a agricultura familiar como um “campo muito vasto e rico de aprendizados e de contribuição para o meio acadêmico, social e alimentar”. Em suas considerações, o autor mostra que há muito a aprender sobre como integrar a agricultura familiar nas práticas contábeis e financeiras, que poderia trazer benefícios significativos para a gestão e o desenvolvimento das propriedades rurais.

O produtor rural necessita entender e conhecer todos os aspectos que se passam em sua propriedade e em seus negócios, já o contador deve demonstrar o seu conhecimento, planejando, organizando e mostrando a direção aos funcionários e controlando o andamento do empreendimento (Rodrigues; Barbosa, 2017, p. 8).

Diante do exposto, é importante destacar a necessidade da Contabilidade se adaptar aos pequenos produtores, considerando, para isso, os registros de mecanismos mais simples e adequados ao controle financeiro da agricultura familiar. Silva (2017) enfatiza que a falta de registro e controle da produção pode prejudicar o agricultor familiar quando o mesmo pretende conseguir subsídios junto ao Governo Federal através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF),

que tem linhas de crédito para a agricultura familiar e financia desde safras, até máquinas e equipamentos.

A seguir apresentamos uma pesquisa documental qualitativa que desenvolvemos a partir dos registros contábeis sobre a produção de queijo em uma família de agricultores familiares no município de Itauçu-GO.

3. METODOLOGIA

Para desenvolver este estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica aliada a pesquisa documental qualitativa realizada nos cadernos de registros contábeis do Sítio Vovô Geraldo e Vovó Ercídia, localizado no município de Itauçu-Go. A pesquisa documental qualitativa é uma metodologia de pesquisa que visa obter informações aprofundadas sobre a motivação e o raciocínio dos sujeitos da pesquisa (Godoy, 1995). Assim, essa é uma metodologia que tem como intuito entender a importância da contabilidade para a agricultura familiar, percebendo assim a questão-problema através da perspectiva de um indivíduo, sem a realização de entrevistas.

Para Godoy (1995, p. 21) a pesquisa documental qualitativa “representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas”. A autora pontua que essa metodologia é interessante porque os documentos são fontes de dados primorosos para os estudos qualitativos. Partindo dessa premissa, a escolha dos documentos utilizados nesta pesquisa não ocorreu por um processo aleatório, e sim em função dos objetivos e hipótese desta pesquisa.

A pesquisa documental tem como característica central o fato de ter como coleta de dados apenas documentos, em geral escritos, mas podem não o ser (Gil, 2010).

Para Marconi e Lakatos (2006) a grande vantagem desta pesquisa reside no fato de que os documentos são, essencialmente, uma fonte rica e estável de dados, e que permite que os pesquisadores os revisitem se achar necessário.

Os documentos analisados nesta pesquisa são registros contábeis realizados por dois agricultores familiares, que cursaram o curso Técnico em Contabilidade em seu ensino médio.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta parte do estudo dedica-se a apresentar a pesquisa documental qualitativa realizada nos cadernos de registros contábeis do Sítio Vovô Geraldo e Vovó Ercídia, localizado no município de Itauçu-Go. A pesquisa documental qualitativa é uma metodologia de pesquisa que visa obter informações aprofundadas sobre a motivação e o raciocínio dos sujeitos da pesquisa (Godoy, 1995). Assim, essa é uma metodologia que tem como intuito entender a questão da importância da contabilidade para a agricultura familiar, percebendo assim a questão-problema através da perspectiva de um indivíduo, sem a realização de entrevistas.

Os documentos analisados nesta pesquisa são registros contábeis realizados por dois agricultores familiares, que cursaram o curso Técnico em Contabilidade em seu ensino médio, residentes no Sítio Vovô Geraldo e Vovó Ercídia, os senhores Anadir Coelho Braga e José Braga Coelho. O sítio fica localizado no município de Itauçu-Go, a cerca de 12 km da cidade, e está localizado na Estrada que liga os municípios de Itauçu, Inhumas-Go e Santa Rosa de Goiás, Km 12, na zona rural.

Para desenvolver pesquisa, realizamos uma visita *in locus* para que pudéssemos conseguir os documentos. Ao iniciar o processo, verificamos que a propriedade tem as seguintes dependências: três casas (uma casa sede, outra casa menor, que é a sede da Associação Sebastião Rosa da Paz, uma associação dos pequenos produtores da região, e uma casa de despejo. A casa de despejo serve para guardar o sal, a ração, os medicamentos e alguns equipamentos, além de servir de garagem para dois carros; portanto, a sua principal finalidade é proteger esses bens da exposição à chuva e ao sol.

Para o cuidado das vacas tem um curral, que é dividido em três partes: uma delas é um galpão coberto, e as outras duas partes são descobertas. O curral é bem feito e mantém em bom estado de conservação. Nele consta até uma balança de pesar o gado, que foi comprada por uma associação de pequenos produtores da família.

Para a realização da pesquisa sobre a produção do queijo, analisamos os cadernos de registros contábeis da família, buscando entender o impacto da produção de queijo na renda familiar. A seguir será realizada uma análise da quantidade de queijos produzidos no sítio.

4.1 Análise da quantidade da produção de queijo

Ao analisar os cadernos foi diagnosticado que a produção de queijo da família sofreu variações significativas entre os meses de outubro de 2023 a maio de 2024.

Gráfico 1 - Variações do valor da venda de queijo entre 31/10/2023 a 31/05/2024



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados dos cadernos.

O gráfico acima evidencia uma significativa variação na produção de queijos pela família. Percebemos que a menor venda ocorreu em janeiro de 2024, totalizando R\$135,00. Nos dois últimos meses analisados, notamos também uma variação significativa, de R\$175,00, desse modo, a produção de queijo foi de apenas 7 queijos no mês de março de 2024; e no mês seguinte saltou para R\$1000,00, ou seja, uma produção de 40 queijos no mês. O que teria levado a essa variação? Seria a quantidade de vacas que estavam produzindo leite? Ou teria outro fator? Infelizmente a pesquisa documental pode produzir algumas lacunas que apenas uma pesquisa com entrevistas seria capaz de sanar.

Silva, Santos e Ponciano (2018) mostram que a agroindústria familiar rural é uma importante estratégia de reprodução socioeconômica para agricultores familiares nas últimas décadas. As autoras pontuam que essa produção de queijo não é recente, entre as famílias agricultoras; todavia, essa atividade foi realizada apenas para a subsistência, o consumo familiar, e apenas décadas depois que foi se tornando uma fonte geradora de renda.

De acordo com os dados do caderno de registros contábeis que foram disponibilizados para a pesquisa do queijo, percebemos uma significativa variação na produção e consecutivamente na geração de renda com a produção do queijo.

Analisando os cadernos, constatamos que a peça de queijo está sendo vendida a R\$25,00 e que no último mês a venda de queijos totalizou R\$1.000,00 para a família. Com o intuito de perceber se o preço cobrado pela peça de queijo está oferecendo lucro para a família, realizamos uma breve análise da produção.

4.2 Análise sobre o valor cobrado por peça e os valores dos gastos da produção

Partindo da constatação de que o preço do litro de leite hoje na região é de R\$2,60 e que gasta-se 8 litros de leite para fazer um queijo, verificamos que só de leite são gastos R\$20,80 para a elaboração de um queijo.

Além do leite, usa-se coalho na fabricação do queijo. Verificamos que um vidro de coalho de 200ml custa R\$7,00. Como são gastos 15 ml do produto para fazer um queijo, os cálculos apontaram que o preço pago pelo coalho para a produção de um queijo é de cerca de R\$0,52. Concluímos que somente com o leite e o coalho totaliza um gasto de R\$21,12. Se os gastos fossem apenas esses, a venda do queijo por R\$25,00 estaria dando um lucro de R\$3,88 centavos. Todavia, ainda existem outros elementos que não foram contabilizados na produção.

Sabemos que para se analisar os gastos reais da produção do queijo é preciso contabilizar além dos oito litros de leite e os 15 ml de coalho outros itens tais como: a mão-de-obra vaqueiro, a mão de obra do queijeiro, o aluguel do pasto, o sal mineral, além dos remédios e vacinas do gado.

A seguir apresentamos uma tabela que contabiliza o valor do trabalho do agricultor familiar na produção do queijo, calculando o valor das horas trabalhadas tendo parâmetro salarial o salário mínimo de R\$1.412,00, dividindo-o pela jornada de 8 horas diárias.

Tabela 1 - Tempo gasto e valor agregado.

Tempo de execução	Valor médio
2 horas e 20 minutos (tirar leite, apartar o gado e cuidados com os animais)	R\$ 13,72
2 horas - fazer o queijo	R\$ 11, 76
Total dos gastos com a mão de obra	R\$ 25, 48

Fonte: elaborado pelos autores.

Na tabela de tempo gasto e valor agregado buscamos calcular as horas trabalhadas no processo de produção do queijo. O primeiro item equivale ao trabalho do vaqueiro no decorrer do dia (iniciando com o trabalho de tirar o leite de manhã, depois apartar as vacas e tarde, além do cuidado diário com os animais, tais como colocar sal, curar os animais, vacinar, e colocar ração ou sal no coxo). O cálculo mostrou que as horas trabalhadas pelo vaqueiro para cuidar das vacas leiteiras correspondem a um tempo diário de 2 horas e 20 minutos, o que equivale a um salário de R\$13,72 por dia.

O segundo item da tabela acima equivale ao trabalho do queijeiro, que consiste em uma sequência de atividades, intercaladas por curtos períodos de tempo. Primeiro, com o leite ainda morno, na temperatura que é retirado da vaca, deve-se colocar o coalho; depois de aguardar um tempo para o leite coalhar, o queijeiro faz a sua segunda tarefa que é “quebrar” a massa (misturar com as mãos, de forma delicada), para se fazer esse processo, geralmente se espera um período de 3 horas. Aguarda-se mais um pouco, e depois vai escorrendo o soro, até chegar no ponto de espremer o queijo. A terceira tarefa é, finalmente, espremer o queijo, de forma manual, usando uma forma e uma travessa, na qual o soro vai se escorrendo. Após espremer coloca-se sal no queijo. Todo esse processo de trabalho somado, retirando os intervalos, constitui-se um total de duas horas de serviço, o que equivale a um salário de R\$11,76 por dia.

Abaixo apresentamos, em forma de tabela, uma média dos gastos diários para a produção de um queijo pelos agricultores familiares.

Tabela 2 - Média de gastos diários na produção de um queijo.

GASTOS DIÁRIOS	VALOR
Preço do leite (8 litros)	R\$ 20,60
Coalho (15 ml)	R\$ 0,52
Aluguel do pasto de 2 vacas por dia	R\$ 4,66
Mão-de-obra (vaqueiro e queijeiro)	R\$ 25,48
Total	R\$ 51,26

Fonte: elaborado pelos autores.

Diante do exposto na tabela acima verificamos que a média de gastos para a produção de um queijo totaliza R\$51,26. Como evidenciamos anteriormente, o queijo é vendido por R\$ 25,00, ou seja, além de não ter lucro os agricultores familiares do Sítio do Vovô Geraldo e da Vovó Ercídia estão tendo prejuízo, conforme atesta a tabela abaixo:

Tabela 3 - Lucro ou prejuízo por peça.

TEMPO DE EXECUÇÃO	VALOR MÉDIO
Valor gasto	R\$ 51,26
Valor de venda	R\$ 25,00
Lucro ou prejuízo por peça	R\$ - 26,26

Fonte: elaborado pelos autores.

A tabela acima mostra que o preço cobrado pela peça de queijo está dando um prejuízo de R\$26,26. Isso corrobora com a tese de Galvão (2023) de que o fato de serem unidades familiares, neste caso, de produção integradas, a agricultura familiar se baseia em outra ótica, que a difere das empresas, pois são condicionadas pelos diferenciais ecológicos, sociais e econômicos pautados em sua cultura. O autor mostra que o fato da família ser o elemento básico de gestão da produção, os leva a não se preocupar com a categoria “lucro” (tal como as empresas) e que por isso nem sempre os agricultores familiares tomam decisões, tal como a do preço do queijo no Sítio do vovô Geraldo e da vovó Ercídia, estabelecendo uma diferença entre renda bruta e custo total.

Analisando os nomes e sobrenomes dos compradores de queijo dos cadernos contábeis, percebemos que eles são membros da família - irmãos, sobrinhos ou primos dos agricultores. E, na cultura camponesa existe um costume de presentear os parentes com produtos rurais, e em caso de venda o fazer por um preço bem abaixo do mercado, isso explica o fato da defasagem do preço do queijo. Isso corrobora com a tese de Carmo (1998) que defende que os agricultores familiares optam por gerir seu trabalho não pela lógica do capital, mas por uma lógica e uma racionalidade próprias de sua cultura, baseadas em seus saberes tradicionais e de experiência do mundo campesino, os quais foram passados de geração a geração através da oralidade, através dos quais as ações nem sempre são regidas em função da lucratividade, mas sim da satisfação social camponesa e de sobrevivência familiar.

Através da análise dos cadernos de registro contábil, verificamos que a produção de queijo não é a única renda extra da família, a maior renda advém da aposentadoria dos três irmãos. E, desse modo, percebemos também que além da renda da produção de queijo há outra renda advinda do aluguel de pasto de um dos irmãos, o Sr. Anadir Braga.

Neste estudo de caso o livro caixa rural é feito de forma autônoma, pelos próprios agricultores familiares, pessoas que não são inscritas na junta comercial do seu município. Através do livro de caixa rural é possível observar a forma de compra de matéria prima e o valor da venda do produto (queijo), mas não é registrado o valor da mão de obra.

Se fizermos uma análise da ótica contábil, verificamos que essa produção de queijo não gera lucro para os agricultores, pois a análise do livro caixa rural desta propriedade aponta que a venda do queijo a R\$25,00 está sendo prejudicial aos produtores, pois o custo para fazer o queijo é maior do que a receita da venda, acarretando um prejuízo considerável para esse pequeno produtor rural.

Acreditamos que a atuação de um contador junto a esses agricultores familiares seria essencial para se encontrar um meio termo, um caminho que respeitasse a cultura camponesa da generosidade, mas que também gerasse lucro a essas famílias por meio da produção do queijo, pois através de consultorias contábeis, essas variações negativas poderiam ser evitadas transformando o prejuízo em lucros.

Quando se pensa na produção da agricultura familiar é necessário compreender uma outra característica de estratégias de reprodução social, muitas vezes invisível tanto nas pesquisas quanto nas políticas públicas, que é a produção para autoconsumo, ou produção para autoprovisionamento, que os agricultores familiares denominam de produção “pro gasto”. Essa produção refere-se àquelas realizadas pela família destinadas ao seu próprio consumo (Grisa; Gazolla; Schneider, 2010). A produção de queijo no Sítio do Vovô Geraldo e da vovó Ercídia também é destinada para o autoconsumo.

Grisa, Gazolla e Schneider (2010) defendem que para se efetivar uma pesquisa sobre a Contabilidade Rural na agricultura familiar seria necessário também contabilizar a produção destinada à alimentação da família, dos animais e a produção de lenha, ou seja, a produção para o autoconsumo. Assim, seria necessário contabilizar toda a produção: horta, pomar, criação de animais, ovos, fabricação de ferramentas, a produção de insumos para o processo produtivo, como o esterco de gado. Os autores mostram que a produção da agricultura familiar é muito diversificada e rica: ovos, frangos, porcos, leite, queijo, verduras e legumes (couve, serralha, jiló, salsinha, coentro, abóbora, chuchu, gengibre, orégano, cebolinha, ora pró-nobis), pimentas, ramos de chá (hortelã, erva-cidreira, marcela, boldo, etc) açafraão, café, e frutas (abacate, laranja, mexerica, banana, mamão, orvalho, jaca, guapeva, jabuticaba, jenipapo e goiaba), entre outros. Partindo da perspectiva acima evidenciada, a Contabilidade Rural deveria contabilizar toda a produção local, seja para venda ou para o autoconsumo.

As fotografias do Sítio do vovô Geraldo e da vovó Ercídia evidenciam uma diversidade de produção familiar, todavia não é objetivo desta pesquisa focar em tais aspectos. A produção para o autoconsumo é uma lacuna científica que merece ser pesquisada, portanto registramos aqui a necessidade de se fazer pesquisas que abranjam a contabilidade de todos esses aspectos para se entender os reais ganhos da agricultura familiar.

Nesta pesquisa não analisamos a produção de queijo para autoconsumo no sítio, pois não são registradas as quantidades de consumo ou mesmo de doações (prática comum na cultura camponesa), que é “agradar” as visitas ou pessoas queridas, tal

como um médico que os acompanha há anos, com produtos de seu trabalho (um queijo, uma garrafa de leite, um litro de mel ou até frutas).

Entre os agricultores familiares ocorre a produção de queijo tanto para o autoconsumo quanto para a venda. A fotografia abaixo ilustra a dona Ercídia fazendo queijo aos 90 anos.

Fotografia 1 - Vovó Ercídia fazendo queijo em 2013.



Fonte: Arquivo pessoal da família Moreira Braga.

A fotografia acima apresenta a senhora Ercídia escorrendo o queijo. Essa é uma das etapas do processo de feitiço do queijo. Notamos que a massa encontra-se no “rabo do fogão” caipira. Essa prática faz com que a massa mantenha a temperatura por estar perto do fogo. O soro que vemos escorrer está sendo colhido por outro balde; esse soro, geralmente é reaproveitado para alimentar e engordar os porcos no chiqueiro, do qual o agricultor familiar obtém a manteiga (gordura) para as despesas e também a carne, que, depois de cozida, é guardada em latas, junto à manteiga. A prática do reaproveitamento faz parte da cultura camponesa e, portanto, da agricultura familiar.

As fotografias da família evidenciam que essa produção é herança cultural familiar. No verso desta foto está escrito que “ela já chegou a fazer cinco queijos por dia na década de 1960”, quando a produção de queijo era uma das principais fontes de renda, pois fornecia a família uma renda semanal, enquanto que as lavouras traziam seus lucros

apenas poucas épocas do ano, nas épocas de colheitas. Enfim, essa produção é uma herança cultural familiar, um saber, uma experiência acumulada junto aos pais, e passada de geração a geração na família Moreira Braga.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a análise da importância da Contabilidade Rural para a agricultura familiar, percebemos que a Contabilidade Rural muito pode contribuir com os agricultores familiares na superação dos desafios enfrentados tanto na produção, quanto na venda de seus produtos.

Assim, a análise da produção de queijo no Sítio do vovô Geraldo e da vovô Ercídia demonstrou a importância da Contabilidade Rural para agricultores familiares, ao mostrar que a diferença entre o preço cobrado pela peça de queijo e os custos da produção evidenciam o quanto a Contabilidade Rural pode contribuir.

A pesquisa mostrou que os agricultores familiares analisados nesta pesquisa já deram o primeiro passo ao fazer o registro das vendas (conhecimento adquirido no Curso Técnico em Contabilidade). Todavia, faltou-lhes a orientação contábil sobre a interpretação dos fatos descritos, uma vez que assim eles teriam informações sobre o resultado financeiro da produção, o que lhes permitiria cobrar um preço justo pela produção. Conclui-se também pela importância dos cursos de graduação em Ciências Contábeis deem mais atenção a esse tópico em suas ementas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ronaldo dos Reis. Agricultura Familiar Brasileira: Importância econômica e social. In: **Semana de Ciência e Tecnologia do IFMG, Campus Bambuí**, 5., 2012, Bambuí: IFMG, 2012. p. 1-5.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais.** Brasília, DF. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

CALDERELLI, Antônio. **Enciclopédia contábil e comercial brasileira**. 28. Ed. São Paulo: CETEC, 2003.

CARMO, Maristela Simões do. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. **Agricultura em São Paulo**, v. 45, n. 1, 1998: p.1-15.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sérgio. A Agricultura Familiar no Brasil. **Centro Latinoamericano para el desarrollo Rural**. Documento N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Setembro de 2013. Disponível em: https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderCassol_editado.pdf. Acesso em: 15 abril 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP CFC nº 26, de 21.11.2019**. Aprova a NBC TSP 26 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. Disponível em: https://www.iefisc.com.br/banco/2019/nbcNBCTSPCFC26_19.htm. Acesso em: 05 mar. 2024.

CONTAG. **Anuário Estatístico da Agricultura Familiar - 2023**. Ano 2. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17916-696048-anua%CC%81rio-agricultura-2023-web-revisado.pdf> Acesso em: 05 mar. 2024.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **A Contabilidade Rural: Uma abordagem decisorial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

DIAS, Eliza Costa; ANDRADE, Marzo Tereshkove Anacleto; GOMES FILHO, Antoniel dos Santos. **Contabilidade Rural: Um estudo com Pequenos Produtores Rurais do Sítio Barra no Município de Orós, Ceará - Brasil**. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1489/2256>. Acesso em: 19 fev.

2024.

GALVÃO, Maria Edenilda da Silva. **Controle das Contas: contabilidade rural e sustentabilidade no contexto da agricultura familiar** (Dissertação de Mestrado em Ensino das Ciências Ambientais). Humaitá: UFAM, 2023. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/9870/5/DISS_MariaEdenildaGalv%c3%a3oPROFCIAMB.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa - Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 19 mar. 2024.

GRISA, Catia. A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 200f. • **Rev. Econ. Sociol. Rural** 46 (2). Jun 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/ZNNKJRcfQX9tGPTWRqXLgRG/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 16 set. 2024.

GRISA, Cátia. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 200f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural).

Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, julio-diciembre, 2010, p. 65-79. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/786.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

KRUGER, Silvana Dalmutt; MAZZIONI, Sady; BOETTCHER, Simoni Francieli. A importância da contabilidade para a gestão das propriedades rurais. In: Congresso Brasileiro de Custos, 16, 03 a 05 de novembro de 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: CBC, 2009. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/944> Acesso em: 22 set. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural**: Contabilidade Agrícola, Contabilidade da Pecuária, imposto de renda - pessoa jurídica. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/007060798799c30929d4d>. Acesso em: 16 ago. 2024.

MEDINA, Gabriel; CORCIOLI, Graciella; VERANO, Marcelo Gosch Thiago. **Atlas da Agricultura familiar em Goiás**. A força da agricultura familiar goiana revelada em números e imagens. 2020. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/396/o/Atlas_da_Agricultura_Familiar_em_GO-2V_ersao_jun20.pdf. Acesso em: 05 mar. 2024.

MOURA, Bruno de Freitas. Agricultura familiar é a 8ª maior produtora de alimentos do mundo - **Anuário da Contag mostra o trabalho no campo na produção agrícola**. Jornal Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/agricultura-familiar-e-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo#:~:text=Incentivo,o%20maior%20da%20s%C3%A9rie%20hist%C3%B3rica>. Acesso em: 05 mar. 2024.

RODRIGUES, Sandra Jayne Loures; BARBOSA, José Fernando Muniz. **Contabilidade Rural**: A importância do contador nas empresas rurais de pequeno porte no município de Ouro Verde de Goiás - Go. Anápolis: Unievangélica, 2017. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/5643/1/CONTABILIDADE%20RURAL.pdf> Acesso em: 19 ago. 2024.

SILVA, Alessandra Maria da; SANTOS, Erika Vanessa Moreira; PONCIANO, Niraldo José. “A Agroindústria Familiar Como estratégia De reprodução socioeconômica E De emancipação Feminina Em Linhares, Espírito Santo”. **Extensão Rural** 25, no. 1 (dezembro 23, 2018): 22–40. Disponível em: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/123456789/3589/1/agroindustria-familiar-linhares-silva.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SILVA, Leidian Moura da. Benefícios da contabilidade rural para a agricultura familiar: um estudo sobre famílias na cidade Capitão Poço – Pará. 2º **Congresso UFU de Contabilidade**. Uberdaba-MG, 2017. Disponível em: https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/9373_-_beneficios_da_contabilidade_rural_para_a_agricultura_familiar_-_um_estudo_sobre_familias_na_cidade_de_capitao_poco_-_para.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.

TONEZER, Cristiane; SANTOS, Francis Dos; RAMBO, Anelise Graciele. Produção para Autoconsumo entre Agricultores Familiares da Comunidade de Jacarezinho – Encantado/RS. **Revista Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural** Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/108078/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. v. 11, n.2 / Número 21 - outubro de 2003, p. 42- 61. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>. Acesso em: 19 mar. 2024.